FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL dos SANTOS

## Introdução ao estudo

# DETERMINANTES DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL

Coordenadora

**Maria Filomena Mendes**

**Paulo Infante**

**Anabela Afonso**

**Andreia Maciel**

**Filipe Ribeiro**

**Lídia Patrícia Tomé**

**Rita Brazão de Freitas**



ESTUDOS DA FUNDAÇÃO

**MENDES, Maria Filomena**
Professora Associada no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora e membro integrado do CIDEHUS-UÉ. Doutorada em Sociologia, lecciona Demografia a cursos de licenciatura e mestrado. Tem coordenado vários projetos de investigação na área da Demografia e da Sociologia. Tem várias publicações nestes domínios científicos. É atualmente Presidente da Direção da Associação Portuguesa de Demografia.

**AFONSO, Anabela**
Doutorada em Matemática pela Universidade de Évora em 2010. Área de especialização em Amostragem e Amostragem em Populações Animais, mas também com publicações em Modelação Estatística. É docente do Departamento de Matemática, membro integrado do Centro de Investigação em Matemática e Aplicações e Adjunta do Diretor do Mestrado em Modelação Estatística e Análise de Dados, da Universidade de Évora.

**MACIEL, Andreia**
Doutorada em Sociologia pela Universidade de Évora em 2015, é Mestre em Sociologia pela mesma Universidade. Área de especialização em demografia, e a sua investigação centra-se na temática da fecundidade, estudando a dimensão familiar ideal, as intenções de fecundidade de curto prazo e ao longo do curso de vida. É membro integrado do CIDEHUS-UÉ.

**RIBEIRO, Filipe**
Doutorado em Sociologia pela Universidade de Évora em 2015, é Mestre em Modelação Estatística e Análise de Dados, pela mesma Universidade, e Mestre em Demografia pela Universidade de Lund, European Doctoral School of Demography. O seu interesse de investigação centra-se no estudo da velocidade de envelhecimento e na elaboração de previsões e projeções de mortalidade e população. É membro integrado do CIDEHUS-UÉ.

**TOMÉ, Lídia Patrícia**
Doutorada em Sociologia pela Universidade de Évora em 2015, é Mestre em Modelação Estatística e Análise de Dados pela Universidade de Évora e em Demografia pela Universidade de Lund, European Doctoral School of Demography. Área de especialização em Demografia, a sua investigação foca-se na temática da fecundidade e transição para a parentalidade. É membro integrado no CIDEHUS-UÉ.

**INFANTE, Paulo**
Doutorado em Matemática pela Universidade de Évora em 2004. Área de especialização em Controlo Estatístico de Qualidade, mas também com várias publicações e orientações em Modelação Estatística. Atualmente é docente do Departamento de Matemática, membro integrado do Centro de Investigação em Matemática e Aplicações e Adjunto do Diretor do Departamento de Matemática.

**FREITAS, Rita Brazão**
Doutoranda em Sociologia na Universidade de Évora, mestre em Modelação Estatística e Análise de Dados pela mesma Universidade. Desde Fevereiro de 2016, investigadora no Vienna Institute of Demography (FWF-projects 28071), no âmbito do projeto: "Running against the clock: realizing family plans over the life course". Área de especialização em Demografia. É membro integrado do CIDEHUS-UÉ.

**Introdução ao estudo**

# DETERMINANTES DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL dos SANTOS

Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Março de 2016

Director de Publicações: António Araújo

Título: Introdução ao estudo – Determinantes da fecundidade em Portugal

Autores: Maria Filomena Mendes
Paulo Infante
Anabela Afonso
Andreia Maciel
Filipe Ribeiro
Lídia Patrícia Tomé
Rita Brazão de Freitas

Revisão de texto: Susana Vieira

Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

Impressão e acabamentos: Guide – Artes Gráficas, Lda.

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Os autores desta publicação optaram por seguir o novo Acordo Ortográfico.

A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

**Introdução ao estudo**

# DETERMINANTES DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL

Maria Filomena Mendes
Paulo Infante
Anabela Afonso
Andreia Maciel
Filipe Ribeiro
Lídia Patrícia Tomé
Rita Brazão de Freitas

# ÍNDICE

**Determinantes da fecundidade em Portugal**


Capítulo 1

9 Introdução

Capítulo 2

11 Evolução recente da fecundidade

Capítulo 3

17 Portugal em 2013: retrato duma população com uma fecundidade (muito) baixa

19 3.1. Quem tem filhos e quem não tem

22 3.2. Quem deseja ter filhos e quem deseja não os ter

23 3.3. Quem tenciona ter filhos

25 3.4. No final, quantos filhos esperam ter

27 3.5. Adiamento: quando têm os filhos

Capítulo 4

29 Determinantes da fecundidade atual

Capítulo 5

39 Diferentes percursos reprodutivos e novos padrões de fecundidade

45 Bibliografia

# Capítulo 1

## Introdução

Nunca se registaram tão poucos nascimentos em Portugal como hoje. O nosso país apresenta atualmente um dos mais baixos níveis de fecundidade da Europa e do mundo: o número médio de filhos por mulher, designado por Índice Sintético de Fecundidade[1], ISF, registado em 2013 e em 2014, foi da ordem dos 1,2.

Em 1982 o número médio de filhos por mulher passou para baixo do limiar da substituição de gerações (nível que equivale a 2,1 filhos por mulher, mantendo-se os atuais níveis de mortalidade). No ano de 1994 este índice ficou, pela primeira vez, abaixo do limiar de 1,5 filhos – valor já considerado crítico para a sustentabilidade de qualquer população (Tomé, 2015; Mendes e Tomé, 2014; Kohler *et al*., 2006; Lutz *et al.,* 2006; McDonald, 2008).

Associado ao facto de globalmente os indivíduos terem menos filhos em média está uma alteração de calendário: o adiamento da maternidade e da paternidade. A idade média com que as mães têm filhos é atualmente[2] de 31,5 anos (3,5 anos mais tarde que em meados da década de 90) e a idade média com que têm o 1.º filho é de 30,0 anos (4,5 anos mais tarde comparativamente ao mesmo período).

Dado os efeitos que a baixa fecundidade possui na demografia e, consequentemente, no próprio equilíbrio social, os assuntos relativos à fecundidade têm-se tornado um tema de interesse generalizado.

Do ponto de vista demográfico, o contínuo declínio da fecundidade compromete a dinâmica populacional, na medida em que o número de nascimentos deixa de compensar o número de óbitos (saldo natural). Esta redução

1 O Índice Sintético de Fecundidade mede o número médio de filhos por mulher num determinado ano, admitindo que as taxas de fecundidade por idades observadas no ano em análise se manterão constantes ao longo do curso de vida fértil destas mulheres.

2 Instituto Nacional de Estatística (INE), 2014.

da natalidade provoca ainda uma diminuição do efetivo de jovens e, posteriormente, de mulheres em idades reprodutivas.

Face a esta situação, e associado ao aumento da esperança de vida, Portugal tem vindo a registar um intenso e acelerado envelhecimento populacional, que coloca em causa o equilíbrio geracional e a sustentabilidade do próprio Estado social tal como está concebido.

Apesar do declínio da fecundidade ser um assunto que frequentemente está na agenda mediática, a escassez de informação sobre o assunto tem sido regra. Por exemplo, ainda existe um certo desconhecimento sobre as razões que levam os casais e os indivíduos a terem cada vez menos filhos e mais tardiamente. Não sabemos, também, o que conduz a que os que desejam ter dois ou mais filhos acabem por ter apenas um, ou as razões que levam os indivíduos a decidirem não ter filhos.

A realização, em 2013, do Inquérito à Fecundidade (IFEC2013), no âmbito de um protocolo celebrado entre a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) e o Instituto Nacional de Estatística (INE), veio responder a este défice de informação.

O inquérito, IFEC2013, aplicado a uma amostra representativa de mulheres entre os 18 e os 49 anos e de homens entre os 18 e os 54 anos, permite analisar a fecundidade sob diferentes ângulos: a **fecundidade realizada** (*i.e.*, o número de filhos tidos), a **fecundidade desejada ou ideal** (o número de filhos que gostaria de ter/ou ter tido, ou que considera ideal para uma família), a **fecundidade intencional** (o número de filhos que pretende ainda vir a ter) e, por último, a **fecundidade final esperada** (que acumula o número de filhos tidos – fecundidade realizada – com o número de filhos que tenciona ainda vir a ter – fecundidade intencional).

# Capítulo 2

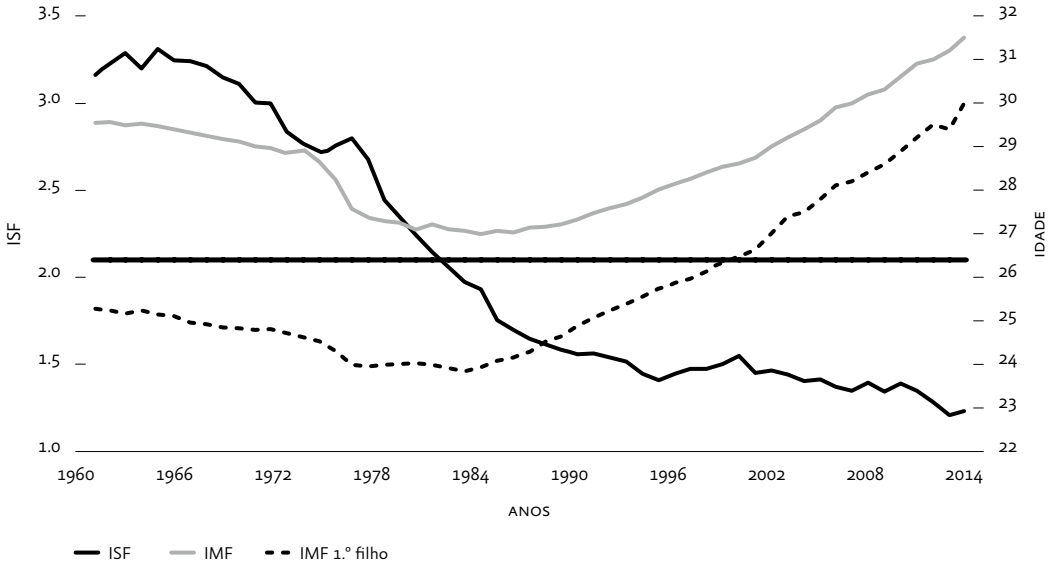
## Evolução recente da fecundidade

Na Europa a tendência de declínio da fecundidade, que afeta diretamente o crescimento e a estrutura populacional dos diferentes países, acentuou-se a partir da década de 60 do século passado.

A queda da natalidade não é, no entanto, o efeito direto de uma causa única, mas parece ser motivada por uma multiplicidade de fatores que, transversalmente a toda a Europa, se refletiram, primeira e diretamente, num declínio do *quantum* (número de filhos), agravado mais tarde pelo efeito do adiamento da idade em que se têm filhos (Mendes, 2012; Tomé, 2015).

Neste contexto de declínio e adiamento da fecundidade, Portugal não foi exceção, embora, nos anos imediatamente após a revolução de 1974, o comportamento de fecundidade das mulheres mais jovens tenha provocado um aumento dos níveis do ISF, na medida em que estas anteciparam a idade em que foram mães (Figura 2.1). Todavia, essa tendência desvaneceu-se nos anos seguintes e, em 2012, o país registou um ISF abaixo de 1,3 filhos por mulher, valor apontado na literatura como *lowest-low* (o mais baixo de entre os baixos) e que em décadas anteriores já caracterizava outros países do Sul da Europa (Kohler e Ortega, 2002; Kohler *et al*., 2006).

**Figura 2.1** Evolução do ISF, da Idade Média ao Nascimento de um filho (IMF) e da Idade Média ao Nascimento do 1.º filho (IMF1), em Portugal, entre 1960 e 2014.




(Fonte: Human Fertility Database e PORDATA)

O ISF abaixo de 1,5 filhos, por mulher, é considerado preocupante do ponto de vista demográfico, não só pelo reflexo direto da queda do número de nascimentos, mas pelas suas implicações no processo de envelhecimento e de declínio demográfico (Frejka e Sobotka, 2008; Kohler *et al*., 2002).

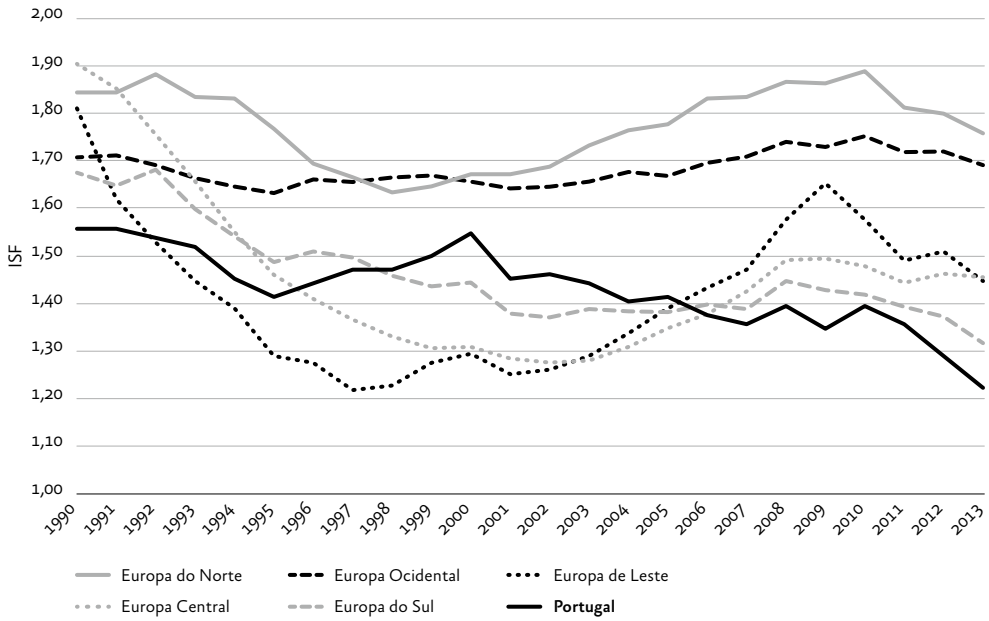
Para melhor contextualizar a evolução da situação portuguesa compararam-se, entre 1990 e 2013, os 28 países que compõem a União Europeia, tendo-se para tal constituído os seguintes agrupamentos:

- *Europa do Sul:* Chipre, Espanha, Grécia, Itália, Malta e Portugal.
- *Europa do Norte*: Dinamarca, Finlândia e Suécia.
- *Europa Central*: Croácia, Estónia, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia e República Checa.
- *Europa de Leste*: Bulgária e Roménia.
- *Europa Ocidental*: Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Irlanda, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido.

Mendes e Tomé (2014) identificaram que existem na Europa dois grupos distintos de países no que à evolução do ISF diz respeito, demarcando-se, no essencial, por apresentarem valores superiores ou inferiores ao limiar crítico de 1,5 filhos por mulher.

A Figura 2.2 enfatiza esta divisão e evidencia igualmente ligeiros sinais de recuperação em alguns países, em determinados períodos. Entre 1990 e 2013 foram os países do Norte da Europa e da Europa Ocidental que mantiveram uma fecundidade acima de 1,5, apresentando, na generalidade, valores muito perto de 2 filhos por mulher. Em oposição, os países da Europa Central, do Leste e do Sul apresentaram um número médio de filhos por mulher abaixo de 1,5. A partir de 2008, os países do Sul passaram a exibir os mais baixos valores de entre todos os países em análise, tendo sido Portugal o país onde, em 2013, se registou o mais baixo ISF de toda a União Europeia.

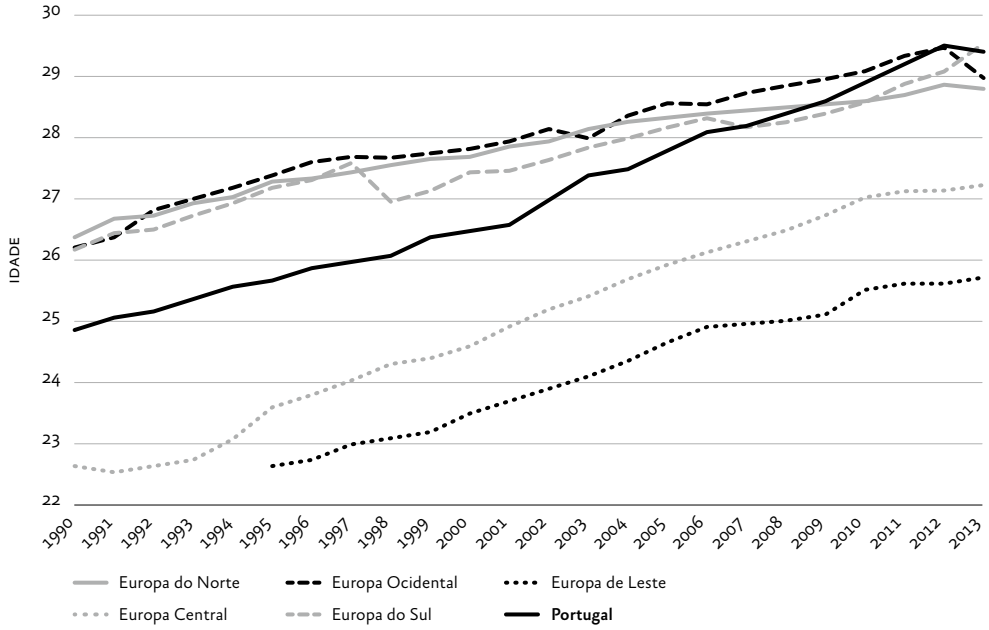
**Figura 2.2** ISF em Portugal e Regiões Europeias, nos anos de 1990 a 2013.




(Fonte: PORDATA e Eurostat)

Simultaneamente, verificou-se em toda a Europa uma tendência geral para o aumento da idade da mãe ao nascimento dos filhos (Basten *et al*., 2013; Kohler e Ortega, 2002; entre outros), em particular do 1.º filho (IMF1), como se observa na Figura 2.3, onde se apresenta a evolução deste indicador nas cinco regiões europeias e se destaca a situação de Portugal. Entre 1990 e 2013, a Europa Central e a de Leste registaram as idades médias mais baixas, enquanto, de um modo geral, a Europa Ocidental e os países do Norte registaram idades médias mais elevadas, seguidos, de muito próximo, pelos países do Sul.

Figura 2.3 IMF1 em Portugal e Regiões Europeias, nos anos de 1990 a 2013.




(Fonte: PORDATA e Eurostat)

Quanto a Portugal, e ao longo dos anos mais recentes, verificou-se uma aproximação entre a idade média da mulher ao nascimento do 1.º filho e a idade média da mulher ao nascimento de todos os filhos tidos, independentemente de ter sido o 1.º, o 2.º, o 3.º filho, ou mesmo de outra ordem de nascimento superior.

Esta proximidade entre ambas as idades médias, com que se tem o 1.º filho ou um filho, é um nítido reflexo do adiamento da fecundidade e da concentração de todos os nascimentos no primeiro filho. Ou seja, muitos casais optam por ter um filho único e os que decidem ter mais do que um filho concentram os nascimentos subsequentes num curto período de tempo, logo a seguir ao nascimento do 1.º filho (Basten *et al*., 2013; Sobotka, 2013).

Em suma, importa evidenciar que, no contexto Europeu, Portugal apresenta um dos mais baixos níveis de fecundidade, como resultado da conjugação dos efeitos da diminuição do número de filhos tidos (*quantum*) e do avanço da idade em que os casais têm esses filhos (*tempo*).

Segundo a Teoria da Segunda Transição Demográfica (STD), a evolução recente tem sido marcada ainda por novos modelos de construção e de composição da família (Lesthaeghe e Willems, 1999; Sobotka, 2013; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Van de Kaa, 1987 e 2002), motivados pelo aumento dos níveis de escolaridade, pela participação feminina no mercado de trabalho, pelo aumento das aspirações económicas e profissionais, bem como pelo crescente desejo de autorrealização (Lesthaeghe, 2010).

A STD enfatiza assim o papel das alterações comportamentais e normativas sobre as trajetórias reprodutivas (Maciel, 2015), entre elas, as motivações para a parentalidade e o valor social da criança, relacionando-as ainda com outras premissas, como as ligadas à conjugalidade. A teoria da individualização proposta por Beck e Beck-Gernsheim (2002) acrescenta às questões anteriores a acentuação do papel ativo das mulheres no mercado de trabalho e nas decisões pessoais e familiares.

Os contextos sociais e familiares, adicionando-se às circunstâncias pessoais, são ainda referidos como fatores que continuam a influenciar o modo como os indivíduos delineiam as suas decisões reprodutivas. Neste âmbito, Ajzen e Klobas (2013) defendem que comportamentos praticados por familiares e amigos incentivam os indivíduos a comportarem-se de forma semelhante.

Considerando este referencial teórico, importa então caracterizar os comportamentos de fecundidade da sociedade portuguesa, considerando aquelas três dimensões tidas como centrais: os contextos familiares e sociais, as conjugalidades e os valores sociais e parentais.

# Capítulo 3

## Portugal em 2013: retrato duma população com uma fecundidade (muito) baixa

A decisão de se terem (ou não) filhos é uma decisão íntima, tomada pelos indivíduos, pelos casais, na privacidade da sua vida familiar. A fecundidade do país é o resultado de todas as decisões tomadas pelo coletivo dos seus residentes em período fértil. Estas decisões são fortemente influenciadas pelas características individuais (por exemplo, idade, sexo, nível de instrução) e pelos ideais, desejos, expectativas e perceções relativamente ao futuro. São igualmente condicionadas pelas circunstâncias de vida, pela pressão dos restantes membros da família, pelos amigos e pelo grupo social a que se pertence, *i. e.*, pelo contexto social envolvente e também pelo quadro institucional e normativo.

A decisão a tomar tem em conta o ideal relativamente à dimensão da família que se pretende e o desejo quanto ao número de filhos. No entanto, esse número ideal só seria possível concretizar em condições também ideais. Daí que frequentemente o número desejado de filhos, podendo ser semelhante ao número ideal, acabe por ser ligeiramente mais baixo. As circunstâncias reais por vezes são diferentes das esperadas e, com o avançar da idade, as intenções de fecundidade vão-se ajustando, em muitos casos, a uma dimensão familiar mais reduzida.

A decisão vai sendo, dessa forma também modelada por ação das circunstâncias ao longo do curso de vida: o desejo dá lugar à intenção e, muitas vezes, no final o número de filhos tidos acaba por ficar aquém da intenção e longe do desejado.

Em suma, para além das características pessoais, os valores individuais e as normas sociais influenciam a decisão de ter ou não ter filhos, assim como o momento de tê-los (mais tarde ou mais cedo, *i. e.*, numa idade mais ou menos jovem). Adiar, antecipar, protelar novamente, recuperar a decisão,

conformar-se, renunciar definitivamente, trata-se de uma sucessão de decisões, indecisões e não-decisões que muitas vezes acompanha a maioria dos indivíduos e dos casais. Frequentemente, essas resoluções que se relacionam com a fecundidade são tomadas em conjunto, fruto de uma negociação entre ambos os membros do casal, sujeita a ajustamentos ao longo da vida reprodutiva.

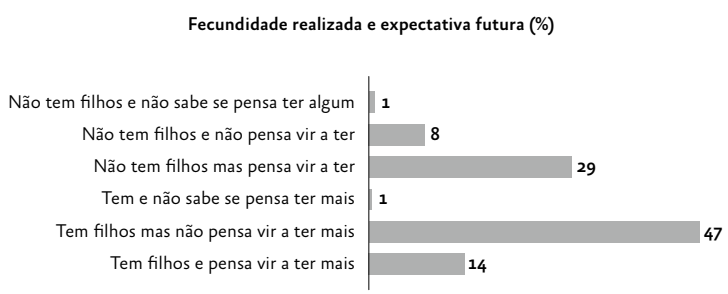
Conhecendo a situação atual – uma fecundidade em declínio há várias décadas que atingiu um nível baixíssimo nos anos mais recentes –, este estudo teve como objetivo desconstruí-la nas componentes que a originaram. Cada uma destas componentes é constituída por conjuntos de indivíduos com comportamentos fecundos semelhantes entre si, mas distintos dos outros conjuntos, por exemplo, indivíduos sem filhos, indivíduos com um filho único, indivíduos com descendências numerosas.

O estudo baseou-se nos dados do IFEC2013, permitindo um retrato da população portuguesa em idade fértil face à fecundidade em 2013. Sendo esse um ano em plena crise económica e financeira, os resultados encontrados refletem os efeitos de causas estruturais do declínio da fecundidade (por exemplo, mudanças de valores individuais e alteração de normas sociais relativas à família e aos filhos), assim como os efeitos devidos exclusivamente a situações conjunturais (nomeadamente, aumento dos níveis de desemprego e da precariedade) que podem afetar as decisões no futuro quer quanto ao número de filhos, quer quanto à idade elegida para os ter.

Descreve-se em seguida a população residente em idade fértil, em função dos diferentes comportamentos de fecundidade, com o objetivo de conhecer quem tem, quem deseja, quem tenciona ter filhos e ainda o número de filhos que se espera vir a ter no final do ciclo de vida fértil.

A maior parte das pessoas (61 %) em idade reprodutiva (mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos), e residente em Portugal em 2013, tem filhos e cerca de 8 % não têm nem pensam vir a tê-los (Figura 3.1). Menos de 2 % ainda estão indecisas sobre a sua decisão reprodutiva, sendo menor a indecisão entre quem já entrou na parentalidade.

Figura 3.1 Fecundidade realizada e expectativa futura das mulheres, dos 18 aos 49 anos, e dos homens, dos 18 aos 54 anos, residentes em Portugal.




As diferenças entre mulheres e homens não são muito acentuadas. As mulheres têm, em média, 1,1 filhos e os homens, em média, têm 1,0; quer uns, quer outros, esperam ter no final do seu ciclo reprodutivo, em média, 1,8 filhos; todavia, desejavam ter, em média, 2,3.

Uma primeira análise que se impõe é conhecer quem tem filhos e caracterizar esse grupo de indivíduos[3].

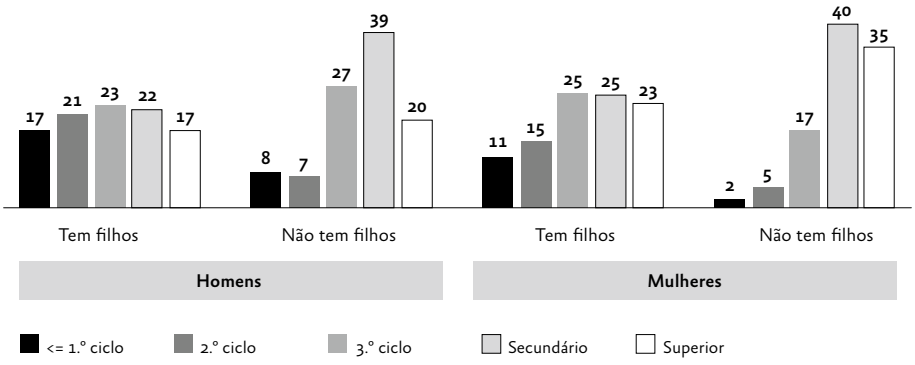
## 3.1. **Quem tem filhos e quem não tem**

A proporção de mulheres com filhos (65 %) é superior à dos homens (59 %), sendo essencialmente os indivíduos mais novos os que não têm filhos, resultado do adiamento na idade em que atualmente se têm os filhos. Metade das mulheres e homens sem filhos tem até 26 e 28 anos, respetivamente, enquanto mais de três quartos das mulheres e homens com filhos têm pelo menos 34 e 36 anos, respetivamente.

O nível de instrução dos homens e das mulheres condiciona a entrada na parentalidade (Figura 3.2), predominando os indivíduos com níveis de instrução mais elevados (com, pelo menos, o ensino secundário) entre quem não tem filhos.

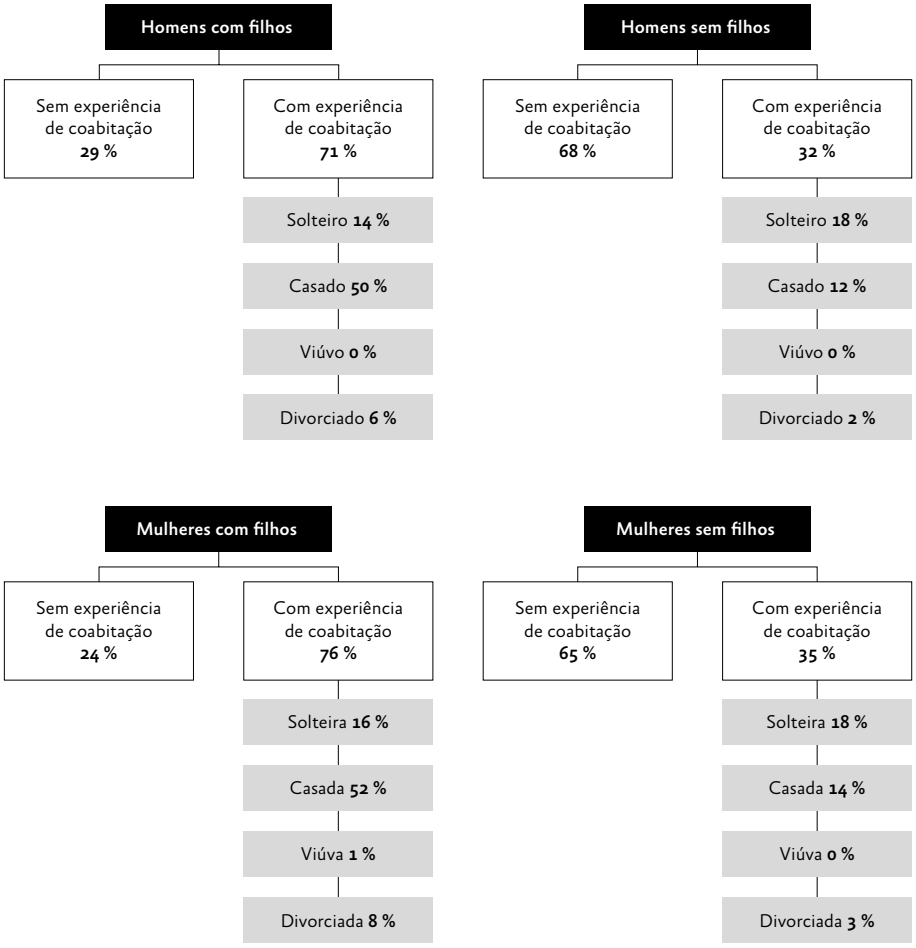
3 Toda a recolha de dados foi feita em função do indivíduo e não do casal, por isso a análise terá de seguir a mesma abordagem. Contudo, em muitas questões foi recolhida informação relativamente ao cônjuge do respondente, o que permitiu usar informação relativa ao casal em algumas análises.

Figura 3.2 Nível de instrução das mulheres, dos 18 aos 49 anos, e dos homens, dos 18 aos 54 anos, residentes em Portugal, por existência de filhos biológicos.




De entre os que já tiveram pelo menos um trabalho remunerado, quem não tem filhos entrou no mercado de trabalho mais tarde do que aqueles que já foram pais. Cerca de 46 % dos homens sem filhos tiveram o seu primeiro emprego depois dos 18 anos, enquanto entre os que têm filhos essa percentagem é de 31 %. No caso das mulheres, a entrada no mercado de trabalho é mais tardia que a dos homens, tendo 55 % das que não têm filhos e 45 % das que os têm efetuado essa entrada depois dos 18 anos.

Figura 3.3 Experiência de pelo menos uma coabitação, com ou sem casamento, e estado civil atual, por existência de filhos biológicos e sexo.




Relativamente ao estado civil (Figura 3.3), entre os que não têm filhos o mais comum é serem solteiros, embora entre as mulheres também se registe uma elevada percentagem de casadas. Entre quem tem filhos, mais de metade dos indivíduos é casada.

A união de facto é cada vez mais uma realidade, sendo esta situação mais comum entre quem já tem filhos (15 %) do que entre quem ainda não tem (11 %).

Em resumo, mais de 90 % dos homens e de 80 % das mulheres com filhos vivem com cônjuge ou companheiro, ou seja, casados ou em união de facto, sendo esta a situação de 21 % dos homens e de 26 % das mulheres sem filhos.

## 3.2. **Quem deseja ter filhos e quem deseja não os ter**

Cerca de 95 % de todos os residentes em Portugal, em idade fértil, desejam filhos, expressão um pouco superior à observada no caso de quem tenciona ter pelo menos um filho até ao final da sua vida reprodutiva. Os que desejam ter pelo menos um filho são mais velhos do que os que não desejam ter filhos. Metade dos indivíduos que deseja ter um ou mais filhos tem mais de 30 anos, ao passo que pouco mais de um quarto dos indivíduos que não desejam ter filhos insere-se nesse grupo etário.

O facto de se possuir um nível de educação mais elevado não condiciona o desejo de as mulheres entrarem na maternidade. Os homens não evidenciam o mesmo comportamento, sendo os que possuem o ensino secundário aqueles que mostram mais propensão para desejarem não ter filhos.

A idade em que as mulheres entraram no mercado de trabalho é similar entre as que desejam ter filhos e as que não desejam, predominando as que fizeram essa entrada antes dos 18 anos de idade. No caso dos homens é bastante maior a percentagem dos que entraram mais cedo no mercado de trabalho entre os que não desejam ter filhos.

Além disso, de forma geral, de entre quem não deseja ter filhos, a maior parte refere-se a solteiros, sendo menor a proporção de mulheres casadas do que a de homens casados.

A perceção pessoal que cada um dos indivíduos tem sobre o custo dos filhos, seja ele pessoal, social, em tempo, ou simplesmente económico, é um outro fator que os distingue no que diz respeito ao desejo de se terem filhos. Apesar dos indivíduos tenderem a concordar que é "preferível ter um filho com mais oportunidades e menos restrições, a ter mais filhos", a proporção de homens que concordam com este efeito de compensação é muito mais elevada entre os que não desejam ter filhos. No caso das mulheres não se verificam diferenças tão acentuadas.

Motivados pelo desejo de terem filhos, ou de terem mais filhos, muitos indivíduos mostram intenção de vir a ser pais ou mães no futuro. Esta

subpopulação que, tendo ou não filhos, ainda tenciona vir a ter (mais) e que corresponde a cerca de 43 % dos residentes em idade fértil, representa, à partida, a expectativa de fecundidade do país. É, certamente, a quem tenciona vir a ter (mais) filhos que ficarão a dever-se, maioritariamente, os nascimentos futuros[4].

## 3.3. **Quem tenciona ter filhos**

No momento atual, em que a fecundidade em Portugal regista valores extremamente baixos, tão importante quanto identificar quem são os residentes que tencionam ter filhos é ainda conhecer o número de filhos que (ainda) tencionam vir a ter.

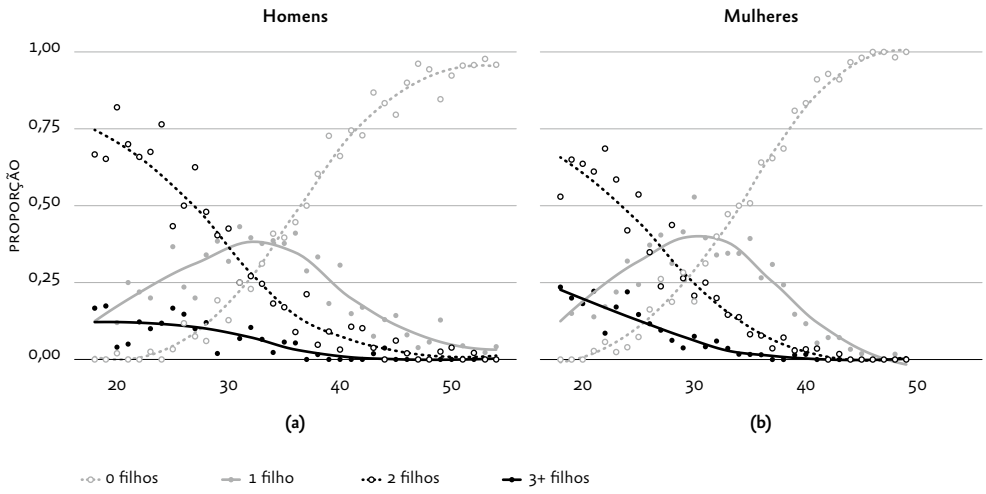
Mais de metade dos indivíduos considera que o seu ciclo reprodutivo está encerrado, não pretendendo ter mais filhos. Aproximadamente um em cada cinco residentes encontra-se à distância de um filho de atingir o número de filhos pretendido, um quinto ainda espera ter dois filhos para além dos que já tem[5], sendo residual a proporção dos que tencionam ter pelo menos mais três filhos.

Com o aumento da idade diminui a proporção de indivíduos que ainda pretendem ter pelo menos 2 filhos (Figura 3.4). São os jovens até aos 30 anos de idade aqueles que mais distantes se encontram de atingir o número de filhos pretendido, sendo essa situação mais evidente entre os homens (aos 18 anos, aproximadamente 75 % destes ainda se encontram nesta situação). As mulheres alcançam mais cedo o número esperado de filhos; por exemplo, se aos 30 anos de idade cerca de 25 % já têm o número de filhos que esperavam ter, nos homens da mesma idade essa proporção ronda apenas os 20 %.

4 Existirão sempre indivíduos que, não pretendendo ter filhos, ou não equacionado sequer essa possibilidade, irão ser pais no futuro, vendo alteradas as suas intenções devido a uma mudança mais ou menos súbita das suas circunstâncias de vida. Do mesmo modo, muitas vezes as intenções de fecundidade não são possíveis de serem concretizadas.

5 Incluindo os que têm zero filhos.

Figura 3.4 Proporção de indivíduos de acordo com a sua Fecundidade Intencional, em função da idade e do sexo.




Quem tem filhos e já tem os que tenciona ter são essencialmente mulheres; aqueles que provêm de famílias com baixos capitais escolares; os originários de famílias muito numerosas; aqueles com ambientes mais instáveis no seu agregado familiar de origem; os que são casados ou vivem com companheiro; aqueles cuja família atual é uma família recomposta, em que existem filhos de um casamento anterior do cônjuge; os que saíram de casa dos pais mais cedo; os que começaram a trabalhar em idade mais jovem; os que têm rendimentos baixos; aqueles que entendem que a mãe não deve trabalhar fora de casa, porque a sua presença é essencial junto dos filhos enquanto estes são pequenos; os que evidenciam uma atitude mais tradicional relativamente à família, em particular, pelo facto de entenderem que uma criança precisa de viver com ambos os pais para crescer equilibrada; finalmente, os que, no que respeita aos valores parentais, não concordam que se deva ter menos filhos com mais oportunidades e com menos restrições.

Entre os que tencionam ter apenas mais 1 filho, encontramos, pelo contrário, com maior frequência, aqueles que saíram de casa dos pais mais tarde (depois dos 25 anos); os que entraram no mercado de trabalho mais tarde (depois dos 23 anos); os que trabalham a tempo inteiro, logo com uma maior

dedicação à atividade profissional; aqueles cuja família de origem foi monoparental ou que não viveram com nenhum dos pais.

Observa-se uma maior proporção de quem tenciona ter mais 2 filhos entre os homens, os quais iniciam mais tarde a sua fecundidade e atualmente também têm, em média, menos filhos; os residentes de nacionalidade portuguesa; aqueles cujos pais possuíam um nível de instrução mais elevado (pós-3.º ciclo do básico); aqueles cujo agregado parental de origem contou sempre com a presença de ambos os pais ou com, pelo menos, um deles; os que saíram de casa dos pais mais cedo; os que viviam, à data do inquérito, sem cônjuge ou companheiro e nunca viveram nenhuma experiência de conjugalidade (provavelmente, atualmente não têm filhos, mas ainda tencionam vir a ter 2); finalmente, os que não participavam no mercado de trabalho à data do inquérito e também os que entraram na vida ativa após os 18 anos de idade, talvez porque, tendo guardado para mais tarde o nascimento dos filhos, ainda não renunciaram a tê-los.

## 3.4. **No final, quantos filhos esperam ter**

Importa agora perceber, em termos da fecundidade total futura do país, qual o número de filhos que os residentes pretendem ter ao darem por concluída a sua história reprodutiva.

Metade dos residentes em Portugal, em idade fértil[6], espera finalizar o seu período reprodutivo com 2 filhos e 8 % sem filhos. A opção pelo filho único está no horizonte de 25 % dos residentes, enquanto a proporção daqueles que esperam ter pelo menos 3 filhos é de aproximadamente 14 %. Este perfil é semelhante entre homens e mulheres.

De um modo geral, tanto os homens como as mulheres que esperam terminar o seu ciclo reprodutivo sem filhos, ou com apenas um filho, são indivíduos com 35 ou mais anos. As intenções de fecundidade vão-se ajustando ao longo da vida, na maior parte dos casos no sentido da diminuição do número de filhos, *i. e.*, tendencialmente para descendências mais reduzidas. Nas situações em que se adia para muito mais tarde o nascimento do 1.º filho é

6 Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos.

expectável que esse ajustamento convirja para o filho único ou resulte mesmo em não se terem filhos.

É entre os indivíduos que não tiveram uma experiência de conjugalidade ou que não têm cônjuge que se encontra com maior expressividade uma fecundidade final esperada de zero filhos.

Seja qual for o estado civil dos indivíduos, a maioria espera ter dois filhos, sendo essa percentagem mais acentuada entre os casados. Entre os divorciados, a proporção de homens que esperam ter mais de dois filhos é superior à registada entre as mulheres.

Com o acréscimo da idade ao primeiro emprego pago diminui, entre os homens, a proporção de indivíduos que esperam ter somente um filho, aumentando os que pretendem ter dois. São os homens e as mulheres que começaram a trabalhar mais cedo, bem como os que começaram a trabalhar mais tarde, os que têm a maior expectativa de terem três ou mais filhos. Talvez porque os que começaram a trabalhar mais cedo já tiveram pelo menos 3 filhos e não esperam vir a ter mais; concomitantemente, os que começaram mais tarde (nomeadamente, devido ao facto de terem permanecido mais tempo em formação) poderão dispor de mais recursos para terem uma família com maior número de filhos.

Na generalidade, a opção de se terem dois filhos enquanto fecundidade final esperada é a mais comum entre a população, quer a analisemos em função das diferentes categorias das variáveis de caracterização sociodemográfica, quer em função das variáveis referentes aos valores, atitudes e opiniões pessoais.

A predominância do filho único observa-se entre os que no seu agregado parental têm pelo menos um enteado ou consideram que o número ideal de filhos é inferior a dois.

Quanto aos que esperam ter 3 ou mais filhos, predominam os indivíduos cujo nível de escolaridade do pai e/ou da mãe corresponde ao ensino superior, ou que consideram que o número ideal[7] de filhos é superior a dois; entre estes, quase ⅕ espera ter 3 filhos no final da sua vida reprodutiva.

Relativamente aos valores respeitantes à família e aos filhos, segundo os quais os indivíduos orientam as suas escolhas e as suas ações, é de salientar

7 O número ideal de filhos não se refere à família do próprio, mas sim ao número ideal de filhos para uma família qualquer. Os inquiridos revelam assim que agem em concordância com os seus ideais e que revelam um elevado grau de coerência entre o que pretendem para si próprios e para uma qualquer família em Portugal.

que existe uma relação relevante entre a opinião de que "é preferível ter um só filho com mais oportunidades do que ter mais filhos e mais restrições" e o número de filhos que se espera ter. É entre os indivíduos que afirmam discordar desta opinião que se regista uma maior expectativa de se terem três ou mais filhos e uma menor expectativa em se ter um filho único.

## 3.5. **Adiamento: quando têm os filhos**

Dada a importância do adiamento enquanto causa da baixa fecundidade em Portugal, torna-se significativo conhecer quais os fatores que levam não só a transitar mais cedo para a parentalidade (ou seja, a ter o 1.º filho), como também a não protelar os nascimentos do segundo e terceiro filhos.

Entre os determinantes da antecipação do nascimento dos filhos (qualquer que seja a ordem do nascimento) encontram-se os ligados aos valores culturais e sociais, aos desejos e ideais relativos ao número de filhos e ao meio familiar e social onde se nasceu e cresceu. O desejar ter uma família numerosa (mais de 2 filhos), ter mais de 2 irmãos na sua família de origem, discordar da compensação entre "quantidade" e "qualidade"[8] são transversalmente apontados como desfavoráveis ao adiamento dos 1.º, 2.º e 3.º filhos.

Ter casado ou coabitado numa idade mais jovem também potencia a antecipação do nascimento de todos os filhos. Todavia, no caso do 1.º filho, esta influência apenas se faz sentir para quem tem uma escolaridade abaixo do ensino secundário, o que permite concluir que, neste caso particular, o efeito da educação (pós-secundário e superior) contrapõe-se ao efeito de uma conjugalidade mais precoce.

Avaliando a influência de cada fator por si só, verifica-se um menor risco de adiar por parte de quem tem mais baixos níveis de instrução e para quem evidencia uma transição mais precoce para a vida adulta, avaliada pela saída de casa dos pais antes dos 25 anos.

Para os que já tiveram o 1.º filho, além dos determinantes já referidos, o facto de se ser mulher influencia, positiva e significativamente, o comportamento de não adiamento, tal como a situação de se ter entrado precocemente

8 Por "qualidade" com maior investimento dos pais em termos de recursos, financeiros e em tempo, para que possam ter mais saúde, melhor educação, melhor nível de vida, mais oportunidades de serem bem-sucedidos ao longo da vida e com uma infância e juventude com menos restrições.

no mercado de trabalho e a sua mãe ter uma escolaridade até ao 3.º ciclo do ensino básico.

Em relação ao nascimento do 2.º filho, observa-se que os que o têm mais cedo são os que evidenciam uma atitude mais tradicional e conservadora relativamente à família e ao papel do pai e da mãe (enquanto consideram que o facto de a mãe trabalhar fora de casa é prejudicial para o filho, pelo contrário, o trabalho do pai fora de casa já não o é). Também o facto de não estar a trabalhar quando nasceu o 1.º filho, ou nunca ter trabalhado, é determinante para ter o 2.º filho mais cedo (e também o 3.º filho).

Podemos concluir que as questões associadas aos contextos familiares e de conjugalidade, ao bem-estar da família e à idade de entrada no mercado de trabalho determinam indubitavelmente as decisões relativas ao *tempo* da fecundidade, isto é, à idade em que se tem o 1.º filho e ao espaçamento entre os nascimentos.

# Capítulo 4

## Determinantes da fecundidade atual

O que distingue quem não tem filhos, ou ainda não os tem, de quem já tem filhos? O que pode fazer a diferença? Quais os fatores determinantes para a decisão de uma pessoa não ter filhos ou ainda não os ter? E para desejar ter filhos e tencionar tê-los?

Indissociavelmente ligada ao número de filhos tidos, pretendidos ou esperados encontra-se também a idade em que se transita para a maternidade e paternidade. Por isso, a análise dos determinantes da fecundidade inclui necessariamente o conhecimento das razões que conduzem àquela transição.

### Fatores identificados como determinantes para não ter transitado para a parentalidade

Para quem em Portugal tem menos de 30 anos e (ainda) não transitou para a parentalidade (seja esta uma situação temporária ou definitiva), o prolongamento dos estudos, por um lado, e o intenso envolvimento numa carreira profissional, por outro, parecem conduzir a uma maior propensão para não ter iniciado os seus percursos reprodutivos.

O próprio nível de escolaridade das mães (acima do 1.º ciclo do básico) parece constituir-se como um fator potenciador para os indivíduos não terem transitado para a parentalidade. Este resultado pode ser explicado pelo facto de um maior nível de escolaridade das mães estar associado a um maior nível de escolaridade dos filhos.

Uma afirmação que se mostra relevante, fazendo aumentar a propensão para não se ter realizado a transição para a parentalidade, é o entendimento de que a conciliação trabalho-família passa pelo trabalho da mãe a tempo inteiro

ou a tempo parcial. Por outro lado, são aqueles que consideram que a mãe não deve trabalhar os mais suscetíveis de já terem entrado na parentalidade.

Observando o grupo de idades onde se concentra atualmente o maior número de nascimentos em Portugal (30-39 anos), concluímos que para estes indivíduos existem razões diferentes que originam um aumento da probabilidade de não se ter transitado para a parentalidade: a idade, a participação no mercado de trabalho, a existência de separação dos pais, o adiamento da saída de casa dos pais e os valores relativos à família e aos filhos.

Assim:

- **À** medida que a idade avança, a propensão de não se experienciar quer a maternidade, quer a paternidade diminui, esbatendo-se as diferenças entre homens e mulheres. A idade é definitivamente uma variável central na explicação do comportamento de fecundidade.
- **O** sentimento de estabilidade e a perceção de segurança no momento atual, tal como no passado e no futuro, são fundamentais. Para além da insegurança ligada ao mercado de trabalho (como seja a ausência de um trabalho remunerado), a vivência em contextos familiares instáveis parece afetar o comportamento de fecundidade, já que filhos de pais separados também apresentam uma maior propensão para não terem filhos.
- **O** adiamento na idade de saída de casa dos pais, característica do processo de transição para a vida adulta, em Portugal, dá origem a uma maior tendência para se permanecer sem filhos. O ter saído de casa dos pais antes dos 25 anos pode ser considerado como um fator que promove a fecundidade desta subpopulação.
- **Os** valores culturais exercem uma influência significativa que nos permite distinguir, entre comportamentos de fecundidade: quem discorda de que ter um filho é essencial para a realização pessoal, bem como quem acredita ser preferível ter menos filhos de modo a poder assegurar-lhes melhores oportunidades para o futuro e educá-los com menos restrições, tem claramente mais possibilidades de não ter iniciado o seu itinerário reprodutivo. A questão da compensação "quantidade" *versus* "qualidade" dos filhos revela-se marcante nas decisões de fecundidade em Portugal.

## Fatores identificados como determinantes para a decisão de infecundidade

Mas, se para alguns a decisão de não terem tido filhos é apenas temporária, para outros casos a infecundidade transforma-se numa opção permanente e racionalmente assumida.

Entre as razões que determinam que quem não tem filhos assim permaneça até ao final da sua vida reprodutiva encontramos a educação, o considerar como ideal para uma família um número reduzido de filhos e a convicção de que a realização pessoal não passa por um projeto de parentalidade.

Mulheres e homens com mais baixos níveis de educação, que não tenham tido filhos até aos seus 30 anos de idade, apresentam uma maior propensão para não virem a ter filhos até ao final da sua vida fértil.

O facto de não se viver com cônjuge ou companheiro nestas idades também é determinante para que, tanto homens como mulheres, não queiram transitar para a parentalidade, sendo que aqueles cujos cônjuges ou companheiros estão integrados no mercado de trabalho sejam os mais propensos a experienciarem tal transição.

## Fatores identificados como determinantes para não desejar ter filhos

O não desejar ou nunca ter desejado filhos reflete, acima de tudo, uma mudança ideológica, uma alteração de valores culturais das normas sociais que orientam o comportamento dos indivíduos e uma menor adesão às normas tradicionalmente ligadas à família e aos filhos.

Se para as mulheres a sua relação com o mercado de trabalho é independente do desejo de terem filhos, os homens que não dedicam tantas horas ao trabalho aparentam uma maior probabilidade para colocarem o projeto parental de parte.

A existência de uma união conjugal, em particular um casamento, faz diminuir as possibilidades de não se desejar ser pai ou mãe.

**Fatores identificados como determinantes para não ter tido ainda um 2.º filho**

No caso dos jovens com menos de 30 anos, a situação conjugal, a idade do indivíduo e uma idade mais tardia ao nascimento do 1.º filho explicam o facto de não se ter prosseguido para o segundo filho. Também aqueles com níveis de escolaridade mais elevados (secundário ou superior) apresentam maior propensão de ter, até ao momento, um filho único. Estes jovens aumentaram o tempo dedicado ao estudo e à formação, podendo por esse motivo ter adiado o momento de constituírem família e, por consequência, do nascimento do 1.º filho.

A socialização em famílias de dimensão mais reduzida, *i. e.*, com um menor número de irmãos, também parece contribuir para que não se tenha avançado para o segundo filho. Todavia, a diferença de comportamento registada entre as gerações mais jovens e as mais velhas merece uma nota particular: de entre os mais jovens, são os filhos únicos ou os que têm apenas um irmão aqueles que apresentam maior propensão para terem (ainda) um único filho, enquanto entre os mais velhos o mesmo efeito é observado para os que têm até dois irmãos, o que indicia a transformação da perceção, entre os próprios indivíduos, do conceito de família de maior ou menor dimensão (medida pelo número de irmãos).

Para os indivíduos com 30 ou mais anos, também a idade do próprio e a idade em que tiveram o 1.º filho são determinantes para que se tenha apenas um único filho. Quanto mais velhos, maior a tendência para permanecerem com este 1.º filho, e quanto mais tempo adiarem o primeiro nascimento, menor a probabilidade de terem conseguido ter um 2.º ou 3.º filhos.

Quanto ao efeito da escolaridade, este inverte-se comparativamente aos mais jovens: os que detêm um grau de escolaridade até ao ensino básico apresentam maior propensão para não terem tido o segundo filho. À medida que a idade avança, um mais baixo grau de instrução pode significar uma maior instabilidade e precariedade no emprego e um menor rendimento do agregado familiar, inviabilizando a chegada do 2.º filho. Nas idades 30-39 anos, são as mulheres que manifestam uma maior propensão, comparativamente aos homens, para terem somente um único filho.

Por fim, para ambos os grupos de idades em estudo, a opinião de que se acredita ser preferível ter menos filhos mas com melhores condições de vida,

maior acesso à educação e à saúde, logo com mais oportunidades de sucesso no futuro, é determinante para não se terem ultrapassado as descendências de filho único. Conduzidos pelas razões que os levam a não terem um segundo filho, muitos indivíduos adiam esta decisão, acabando por se conformar e permanecendo apenas com um único filho. Outros ainda assumem que o filho único corresponde verdadeiramente ao seu projeto familiar.

### Fatores identificados como determinantes para a decisão de ficar definitivamente com um filho único

Para os indivíduos com menos de 40 anos, as causas que explicam a intenção de permanecerem com um filho único estão associadas à ausência de uma relação conjugal, ao facto de nunca terem deixado de residir com os pais, ao nascimento mais tardio do 1.º filho e à presença de filhos de um relacionamento anterior. O contexto familiar, atual e de origem, o historial familiar, a sequência de eventos na transição para a vida adulta e para a constituição (reconstituição) de uma nova família são decisivos.

As mulheres também revelam uma maior intenção de ficarem com apenas um filho único. Uma hipótese de explicação para esta distinção entre homens e mulheres pode encontrar-se nas dificuldades sentidas pelas mulheres em conciliarem trabalho e família, experimentadas após o nascimento e durante a criação do seu 1.º filho.

A excessiva dedicação do pai à atividade profissional pode tornar-se um obstáculo à transição para um segundo filho. O nascimento do 2.º filho parece estar condicionado à possibilidade de uma maior presença do pai junto dos filhos pequenos. Para além da condição económico-financeira, o tempo de dedicação aos filhos parece assumir particular relevância tanto na intenção, como posteriormente na decisão: mais tempo para que o pai possa partilhar com a mãe as tarefas domésticas e o cuidar dos filhos, aumentando o tempo dedicado à família. Eventualmente, não existindo hipótese de se concretizar uma partilha de responsabilidades mais igualitária, parece não restar outra alternativa senão permanecer com um único filho.

Confirma-se que o facto de se achar preferível ter menos filhos com mais oportunidades, em detrimento de se terem mais filhos com mais restrições, é decididamente relevante na decisão de fecundidade. Quem concorda com

este entendimento manifesta uma maior propensão para tencionar manter-se com apenas um filho.

A educação apresenta-se como um fator de promoção da intenção. Indivíduos com um nível de escolaridade mais elevado (secundário ou superior) são mais suscetíveis de se esperar terem pelo menos dois filhos no final dos seus anos férteis. Esta conclusão é sumamente relevante, na medida em que nos fornece uma orientação em termos da recuperação da fecundidade em Portugal – ao elevar o nível de instrução dos portugueses, poderá esperar-se um aumento da fecundidade do país, aproximando-se tendencialmente de níveis próximos do limiar de substituição das gerações. Uma população mais escolarizada encontra-se mais bem preparada para ultrapassar dificuldades no mercado de trabalho, é mais produtiva e potencialmente mais inovadora, pelo que detém maiores capacidades e competências, o que conduz não somente a que pretenda ter mais filhos, como também implica uma maior aptidão para concretizar essa intenção.

### Fatores identificados como determinantes para ter atualmente um número maior de filhos

É entre as mulheres com níveis de instrução mais baixos (até ao básico) que existe atualmente uma maior propensão a já ter tido um número médio de filhos mais elevado. Os resultados mostram que quem tem menores níveis de instrução tem maior propensão para já ter tido (mais) filhos e quem possui maior escolaridade revela maior propensão para pretender (ainda) vir a ter mais.

O facto de se ser casada(o) ou viver com um(a) companheiro(a) potencia um aumento do número médio de filhos, independentemente da idade.

Não apenas a formação da família atual, como também a composição da família de origem influenciam positivamente o aumento do número médio de filhos tidos: indivíduos socializados em famílias de dimensões mais alargadas (com elevado número de irmãos) são mais propensos a terem um número médio de filhos também mais elevado.

A ideia de que os pais devem tentar garantir para os filhos as melhores condições de saúde, educação, formação, habitação, lazer, entre outras, é claramente um entrave a que se tenha um maior número de filhos. Os pais, principalmente os mais jovens, consideram que devem assegurar, no mínimo,

o mesmo nível de condições que os seus próprios pais lhes proporcionaram. Este entendimento, num momento de crise económica e financeira, pode provocar uma retração consciente e deliberada no número de filhos tidos, face à intenção inicial, e, igualmente, no que se pretende vir a ter. De notar que, para além das restrições de ordem financeira impostas maioritariamente pelos baixos níveis do rendimento auferido pelos pais, pelo desemprego e pela precariedade laboral, em conjugação com custos crescentes devido a maiores exigências, no respeitante nomeadamente à educação e à saúde, acresce a importância das restrições em tempo. A decisão de se ter um maior número de filhos pode ser fortemente condicionada pela escassez do tempo e pela incapacidade de afetar mais tempo à família e a mais filhos.

### Fatores identificados como determinantes para esperar ter um maior número de filhos

Para os que esperam no final da sua vida reprodutiva vir a ter pelo menos dois filhos, fatores como ter um cônjuge ou companheiro, ou ter deixado a residência dos pais mais cedo não se mostraram significativos para explicar esperar ter-se um maior número de filhos. O que explica a intenção são fatores como a educação, os contextos de origem, ter tido o nascimento do 1.º filho em idades mais jovens, residir em zonas urbanas densamente povoadas, ter ideais de família mais alargados, concordar que é preferível o pai trabalhar mas ter tempo para a família e discordar da compensação entre o número, "quantidade", e a "qualidade" dos filhos.

Se as mulheres, na generalidade, parecem ter maior propensão para tencionarem ter apenas um único filho, existe um subconjunto de mulheres que pretende vir a ter mais filhos – as que possuem um grau de instrução superior. Estas mulheres, mais instruídas, revelam não apenas mais intenção, como adquiriram a perceção de possuírem uma maior capacidade para concretizarem essa intenção.

Os contextos familiares de origem voltam a constituir-se como uma razão que influencia significativamente, neste caso, a intenção de se ter um maior número de filhos. Para uma maior intenção é determinante a mãe, em particular o facto de esta possuir também um nível de educação superior, e o ter nascido e crescido numa família numerosa (com mais de 3 irmãos).

Para além da importância da família de origem, também o ter tido um primeiro filho mais cedo influencia positivamente a intenção de se ter uma família com mais filhos. Poder-se-á pensar que quem, à partida, tem intenção de ter mais filhos pode ter antecipado o nascimento do primeiro. Mas, pelo lado contrário, adiar, porque se pretende ter um número reduzido de filhos, pode vir a revelar-se adverso. Adiar para (muito) mais tarde o primeiro nascimento pode ter como consequência a diminuição (ou anulação) da probabilidade de vir a ter (mais) filhos. Por vezes, surgem problemas de infertilidade ou outros relacionados com a saúde da mãe ou do pai, ou simplesmente as circunstâncias alteram-se e deixam de ser propícias a mais um nascimento.

Os valores culturais dos indivíduos também se destacam como responsáveis na intenção de se terem mais filhos, na medida em que contribuem para explicar que se pretende vir a ter, pelo menos, um segundo filho. Ter um número ideal de filhos mais elevado, superior a dois, é determinante para a intenção de vir a ter mais filhos; reconhecer a importância da presença paterna enquanto os filhos são pequenos e do tempo do pai com os filhos aumenta a possibilidade de esperar vir a ter mais filhos; por último, discordar da compensação – menos filhos com mais recursos – também contribui positivamente.

### Fatores identificados como determinantes na redução do desfasamento entre o número de filhos que se tem e o que se pretende ter

No caso dos indivíduos com menos de 40 anos, os fatores que potenciam um maior afastamento entre o número de filhos tidos e o esperado no final do ciclo reprodutivo estão associados a níveis de escolaridade mais elevados, ao caso particular dos homens que iniciam a transição para a parentalidade mais tarde e à residência em zonas densamente povoadas.

Pelo contrário, o avançar da idade propicia uma aproximação ao esperado, tal como ideais de família reduzidos (no máximo 2 filhos) e concordar com a opinião de que é preferível ter menos filhos com mais oportunidades e menos restrições.

Uma grande parte dos indivíduos residentes em Portugal com aquelas idades, com um número reduzido de filhos, considera ter atingido a sua fecundidade final esperada e, por isso, não pretende ter mais. Indivíduos com ideais de família com poucos filhos e que entendem que devem ter menos filhos

para lhes possibilitarem melhores condições encontram-se mais próximos da fecundidade esperada no final do seu ciclo reprodutivo, mesmo que isso signifique ter um único filho. Potencialmente, os mais jovens, mais escolarizados e que por essa razão adiaram o nascimento dos filhos e que vivem em zonas urbanas com maior concentração populacional podem vir a ser responsáveis pelo aumento do número de nascimentos num futuro próximo. São eles os mais afastados da fecundidade pretendida e os que aparentemente detêm mais recursos e capacidades para corrigirem esse afastamento.

# Capítulo 5

## Diferentes percursos reprodutivos e novos padrões de fecundidade

A partir dos dados recolhidos pelo IFEC2013, o estudo dos diversos percursos reprodutivos que se destacam na sociedade portuguesa atual permitiu conhecer causas, compreender o que explica as diferenças, prever tendências futuras e ir um pouco mais além na identificação de novos padrões de fecundidade que parecem traduzir a emergência de novas normas de conduta em relação à família e aos filhos, socialmente aprovadas e inquestionavelmente aceites.

Nos dias de hoje, as características individuais continuam a ser determinantes na decisão de se terem ou não filhos. Considerando que o período fértil dos homens é mais alargado do que o das mulheres, são eles que mais tarde tendem a entrar na parentalidade e, portanto, os mais suscetíveis a não terem (ainda) tido filhos. Também a participação no mercado de trabalho parece ser mais condicionante para os homens do que para as mulheres. Já as mulheres, por entrarem mais precocemente na vida reprodutiva, têm, em geral, um maior número médio de filhos. Por sua vez, aquelas com níveis de escolaridade mais elevados, provavelmente por adiarem mais, apresentam uma maior intenção em terem mais filhos, apesar de serem as que atualmente têm menos, *i. e.*, caracterizam-se por um maior desfasamento entre o número de filhos que têm e os que esperam vir a ter.

Se, por um lado, o avançar da idade favorece a que tanto homens como mulheres tenham tido filhos, por outro, tende a reduzir as intenções de se terem (mais) filhos, fazendo com que aqueles que atinjam idades mais avançadas sem vivenciarem a parentalidade, ou com apenas um filho sejam mais suscetíveis de nunca a experienciarem ou de permanecerem com um único filho.

A idade ao nascimento do primeiro filho demonstra ser uma das componentes mais decisivas no que concerne ao número de filhos que se tem e que se

espera ter. Quanto maior for a idade ao nascimento do primeiro filho, maiores são as possibilidades de permanecer apenas com esse filho. Contudo, o efeito do adiamento tem um impacto diferenciado conforme os distintos níveis de escolaridade. Por um lado, aqueles com ensino superior são os que mais adiam o nascimento do primeiro filho, apresentando por isso um menor número médio de filhos nas idades inferiores a 30 anos. Por outro, a partir dessa idade, são eles que evidenciam uma maior intenção de virem a ter filhos, esperando ter ainda um maior número de filhos no término da vida reprodutiva, o que nos permite concluir que, além das características individuais, as características adquiridas ao longo do curso de vida, em particular a educação, também influenciam as decisões e as intenções de fecundidade.

Os contextos familiares de origem também se destacam como determinantes da fecundidade em Portugal, seja pelo efeito do nível de escolaridade das mães ou do número de irmãos. Os indivíduos oriundos de agregados cuja mãe tenha um nível de ensino mais elevado são mais propensos a terem uma escolaridade superior e a adiarem o nascimento do primeiro filho e, consequentemente, a ainda não terem filhos. São também eles os mais suscetíveis a se esperar que tenham um maior número de filhos.

Aqueles que provêm de famílias mais alargadas, com um maior número de irmãos, são mais propensos a terem ou a se esperar que tenham uma fecundidade mais elevada. É claro que, face ao intenso declínio da fecundidade portuguesa no decurso das últimas décadas, o conceito de família alargada difere entre as diferentes gerações. Aparentemente, para aqueles com idades inferiores a 30 anos, ter uma família alargada significa terem pelo menos dois irmãos, enquanto para as gerações mais velhas significa terem três ou mais irmãos.

Apesar das alterações comportamentais ao longo das últimas décadas, a família e os relacionamentos conjugais – ainda que na forma de coabitação – continuam a ser centrais na vida dos portugueses, uma vez que aqueles que não vivem com cônjuge ou companheiro apresentam fecundidades mais baixas. Apesar do estado civil ainda ser um fator importante no que respeita às decisões de fecundidade, a situação conjugal ou a experiência de conjugalidade (atual ou passada) revelam-se decisivas para se explicarem aquelas decisões.

A dimensão familiar considerada ideal é um dos principais determinantes do comportamento reprodutivo, sendo ainda um dos fatores mais críticos na

evolução da fecundidade futura. Ideais mais baixos potenciam a que se permaneça definitivamente sem filhos ou a que se tenha menos filhos, dificultando assim a recuperação da fecundidade nos anos vindouros.

Uma transição tardia para a vida adulta, em particular o facto de não se ter ainda saído de casa dos pais ou tê-lo feito após os 25 anos, potencia a que se tenha um menor número médio de filhos. Concomitantemente, uma entrada mais precoce no mercado de trabalho parece constituir um obstáculo ao adiamento da fecundidade.

Embora largamente desejada, a parentalidade já não é para muitos uma condição básica para se alcançar a autorrealização. Os que discordam de que a realização pessoal passa por ter filhos têm uma maior tendência a adiar a entrada na parentalidade, a não desejarem ter filhos e a permanecerem infecundos.

A crescente centralidade do "lugar" do filho na família é um dos fatores de maior relevância nas questões reprodutivas. Aqueles para quem é preferível ter apenas um filho, desde que este tenha melhores oportunidades, são os mais prováveis a não terem entrado na parentalidade e também a não progredirem para o segundo filho, o que pode indicar que restrições financeiras (ou de tempo) que possam comprometer as oportunidades futuras dos filhos constituem um fator limitativo para a recuperação da fecundidade. Aqueles que discordam desta compensação entre "quantidade *vs*. qualidade" são mais suscetíveis a terem um maior número médio de filhos.

Esta atitude que tem condicionado os percursos reprodutivos dos portugueses nas últimas décadas, e que parece ter vindo a consolidar-se gradualmente ao longo do tempo, não implica uma diminuição do valor dos filhos, mas sim a sua crescente valorização. À medida que o número de filhos diminui, cresce a sua importância e assiste-se a um progressivo investimento não apenas financeiro, mas também emocional dos pais em cada um dos seus filhos. O número "ideal" de filhos passa a ser aquele que permita aos pais manter um determinado nível de vida para a família em geral, com menos privações e sacrifícios, de modo a garantirem aos filhos melhores condições de vida, maior probabilidade de ascensão social, mesmo que para tal se tenha de diminuir o número de filhos até se ficar reduzido a apenas um.

A par da mudança na preferência por famílias de dimensão mais reduzida, identifica-se uma outra alteração: a deslocação da idade considerada "adequada" para se ser pai ou mãe para idades mais tardias.

Parece existir um novo conceito de "idade para ter filhos" que deixa de estar relacionado apenas com o limite superior (já não tem idade), mas que reconhece a existência de uma etapa do curso de vida em que não se tem idade para se terem filhos, porque se é (ainda) demasiado jovem.

Muitos jovens deixaram de sentir urgência em constituírem família e terem filhos, guardando para mais tarde a decisão de serem pais ou mães, enquanto nos primeiros anos da idade adulta se dedicam principalmente à formação e investem nas suas carreiras profissionais, usufruindo de mais tempo e mais recursos para outras atividades, eventualmente mais centradas em si próprios. O adiamento da entrada na parentalidade corresponde a um novo modelo de comportamento, em que a idade aprovada socialmente para se ter um 1.º filho transfere-se para idades menos jovens, o que, por sua vez, condiciona a intenção e compromete a decisão de se terem (mais) filhos.

A conjugação de ambos os comportamentos, e a sua aceitação social, implicou uma gradual e inexorável diminuição do número de nascimentos em Portugal.

A intensa participação da mulher no mercado de trabalho, tão característica das famílias portuguesas, parece agudizar a necessidade de partilha das tarefas domésticas e, em particular, do cuidar dos filhos entre o pai e a mãe. A importância da presença do pai no quotidiano familiar emerge como basilar nas decisões de fecundidade e assume uma clara relevância, principalmente quando se trata de avançar para um segundo nascimento, e também para um terceiro.

Finalmente, para além dos fatores de carácter estrutural anteriormente identificados, existem outros de natureza conjuntural igualmente influentes.

A tomada de decisão é sempre condicionada pelas circunstâncias que podem mostrar-se mais ou menos adversas. Os indivíduos aprendem com o passado e com as vivências dos seus familiares, amigos e conhecidos. As intenções formuladas, tendo em conta as experiências individuais e o resultado da sua aprendizagem social, são frequentemente alteradas e ajustadas em função daquelas mesmas circunstâncias. Conjunturas críticas, como a recente emergência da crise económica e financeira, podem ter efeitos perturbadores nas decisões de adiamento ou provocarem mesmo a renúncia a nascimentos anteriormente adiados, efeitos que podem revelar-se transitórios ou definitivos.

Em suma, a expectativa de um melhor nível de vida para si próprio e para os filhos comanda, de certo modo, os desejos, as intenções e as decisões ao longo do curso de vida dos indivíduos, *i. e.*, os seus percursos reprodutivos, permanentemente condicionados e muitas vezes constrangidos pelas circunstâncias dos contextos familiar, profissional, social, institucional e, também, político.

Partindo do princípio de que os portugueses querem ter pelo menos um filho e esperam, em média, vir a ter dois, os resultados do estudo mostram que existe atualmente uma oportunidade única para se criar um ambiente favorável à transição para a parentalidade, respeitando a liberdade de escolha individual e as mudanças culturais, o que permitirá uma recuperação da fecundidade em Portugal.

## Bibliografia


Ajzen, I., e Klobas, J. (2013). Fertility intentions: An approach based on the theory of planned behavior. *Demographic Research*, 29(8): 203-232.

Basten, S., Sobotka, T., e Zeman, K. (2013). Future fertility in low fertility countries. Working Papers 5/2013. Vienna: Vienna Institute of Demography.

Beck, U., e Beck-Gernsheim, E. (2002). Individualization. SAGE Publications, London.

Frejka, T., e Sobotka, T. (2008). Fertility in Europe: diverse, delayed and below replacement. *Demographic Research*, 19: 15-46.

Kohler, H. P., Billari, F. C. E Ortega, J. A. (2002). The emergence of lowest-low fertility in Europe during the 1990s. *Population and Development Review*, 28(4): 641-680.

Kohler, H. P, Billari F., e Ortega J. A. (2006). Low and lowest-low fertility in Europe: causes, implications and policy options. In the baby bust: who will do the work? Who will pay the taxes? (F. R. Harris, Ed.) Lanham, MD: Rowman e Littlefield Publishers, 48-109.

Kohler, H. P., e Ortega, J. A., (2002). Tempo-adjusted period parity progression measures, fertility postponement and completed cohort fertility. *Demographic Research*, 6: 91–144.

Lesthaeghe, R. (2010). The unfolding story of the second demographic transition. *Population and Development Review*, 36(2): 211-251.

Lesthaeghe, R. E Willems, P. (1999). Is low fertility a temporary phenomenon in the European Union? *Population and Development Review*, 25(2): 211–228.

Lutz, W., Skirbekk, V., e Testa, M. R. (2006). The low fertility trap hypothesis. Forces that may lead to further postponement and fewer births in Europe. *Vienna Yearbook of Population Research*, 167-192.

Maciel, A. (2015). Baixa fecundidade: adaptação tardia às mudanças estruturais ou consolidação da preferência por famílias de reduzidos padrões. [Tese de doutoramento.] Universidade de Évora.

McDonald, P. (2008). Very low fertility consequences, causes and policy approaches. *The Japanese Journal of Population*, 6(1): 19–23.

Mendes, M. F. (2012). Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política. In *Roteiros do Futuro – Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 91-109.

Mendes, M. F., Tomé, L. P. (2014). Natalidade, nupcialidade e divorcialidade em Portugal. In *Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa, 1950-2011, Evolução e perspetivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Sobotka, T. (2013). Pathway to low fertility: European perspectives. (Expert Paper 2013/8.) New York: Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations.

Surkyn, J., Lesthaeghe, R. (2004). Value orientations and the second demographic transition (SDT) in Northern, Western and Southern Europe: an update. *Demographic Research*, 3: 45-86.

Tomé, L. P. (2015). Why Portugal is not replacing generations? A period and cohort perspective, in a comparative analysis with selected European Countries. [Tese de doutoramento.] Universidade de Évora.

Van de Kaa, D. J. (1987). Europe's second demographic transition. *Population Bulletin*, 42: 1-59.

Van de Kaa, D. J. (2002). The idea of a Second Demographic Transition in industrialized countries. Artigo apresentado no Sixth Welfare Policy Seminar of the National Institute of Population and Social Security, Tokyo, Japan, 29 janeiro 2002.

**Fundação Francisco Manuel dos Santos**

Coordenadora da Área da População: Maria João Valente Rosa

**Outros estudos**

**Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida** [2013]
Coordenador: Manuel Villaverde Cabral, publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

**Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesas: 1950-2011 Evolução e perspectivas** [2014]
Director: Mário Leston Bandeira

Director de Publicações: António Araújo
**Conheça todos os projectos da Fundação em www.ffms.pt**

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL dos SANTOS

Portugal regista atualmente um dos mais baixos níveis de fecundidade da Europa e do mundo, resultado da redução do número de filhos e do adiamento dos nascimentos para idades mais tardias.

As características individuais e a idade ao nascimento do primeiro filho são determinantes cruciais para o número de filhos que se tem e que se espera ter, variando em função do grau de instrução. Apesar das alterações comportamentais ao longo das últimas décadas, os contextos familiares e a conjugalidade continuam a ser centrais na vida dos portugueses, pois aqueles que não vivem com cônjuge ou companheiro apresentam fecundidades mais baixas. A dimensão familiar ideal é outro determinante crítico, dado que ideais mais baixos potenciam que se tenha menos filhos, dificultando a recuperação da fecundidade. O ideal parece corresponder ao número de filhos que permite manter um determinado nível de vida para a família e ainda garantir aos filhos mais oportunidades, mesmo que para tal se tenha apenas um filho. Daí também a atual relevância das questões económicas nas decisões de fecundidade.

A alteração de mentalidades parece ter gerado um novo modelo social marcado por uma crescente valorização dos filhos.

**Um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos**
**www.ffms.pt**